17.05.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Associações de Pais do Agrupamento de Escolas Luís de Camões (Areeiro/Arroios)**
Rui Maia e outros.

Recebidos por: Deputados Diogo Leão (PS, que presidiu à audiência), Ana Virgínia Pereira (PCP), Rita Rato (PCP), Joana Mortágua (BE) e Susana Lamas (PSD).

Assunto: A Direção do Agrupamento não assegura às Associações de Pais a capacidade de isenção e intervenção no funcionamento das escolas.

Exposição: O Deputado Diogo Leão (do PS, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos da delegação das Associações de Pais, indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência, informaram que eram representantes de duas Associações de Pais do Agrupamento Luís de Camões (Areeiro/Arroios), que inclui 2 escolas básicas do 1.º ao 3.º ciclo, e referiram depois, em resumo, os problemas que se têm registado com a direção do Agrupamento:

1. As Associações de Pais, que estão formadas legalmente, já foram impedidas de entrar na escola;
2. O Conselho Geral da escola não funciona conforme está previsto na lei, não elaborando atas das reuniões, nem disponibilizando a documentação a analisar;
3. Já reuniram com o Diretor Geral da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, DGEstE, mas não foi dada sequência aos problemas expostos;
4. Apresentaram denúncia/queixa à Inspeção Geral da Educação e Ciência, IGEC, (que no ano passado fez uma avaliação do Agrupamento com um resultado positivo), que a remeteu diretamente à Direção da escola (com remessa integral, nomeadamente, dos textos, nomes e datas), tendo as queixas sido posteriormente arquivadas, não se tendo realizado qualquer atividade de avaliação ou inspeção e não lhes tendo sido dada qualquer informação;
5. Verifica-se que não há votação e eleição dos órgãos da escola, não há atas das reuniões e não têm acesso às contas, embora tenham de votá-las. Nessa sequência informaram que naquele dia havia uma reunião do Conselho Geral, em que não podiam estar presentes;
6. Queixam-se da atuação e funcionamento da DGEstE e da IGEC, que não deram qualquer resposta às queixas apresentadas;
7. Estão a fazer queixa junto do Ministério Público por verbas não justificadas pela escola;
8. Não conseguem estabelecer qualquer diálogo com os órgãos da escola;
9. Registam-se alterações frequentes no funcionamento da escola no que respeita aos alunos, sem ser dado conhecimento às Associações de Pais.

Interveio de seguida a Deputada Joana Mortágua (BE) informando que o BE tem acompanhado a situação e está a ponderar fazer uma pergunta ao Governo sobre a mesma, em relação à atuação da IGEC e ao não acesso à informação. Referiu depois que a lei tem de garantir os direitos dos agentes educativos, não permitindo a arbitrariedade dos diretores das escolas. Realçou também que a lei retirou os representantes dos pais do Conselho Pedagógico, mantendo-os apenas co Conselho Geral, mas este reúne apenas 3 vezes por ano e não discute as questões.

Por último, perguntou aos representantes das Associações de Pais qual devia ser o espaço de participação dos pais e quais as alterações à lei que propunham.

A Deputada Susana Lamas (PSD) indicou que equacionaria as questões colocadas no âmbito dos respetivo Grupo Parlamentar e pediu indicação do fundamento do arquivo das queixas.

A Deputada Rita Rato (PCP) colocou várias perguntas, nomeadamente, se a Associação de Pais tinha tomado posse, de que forma estava representada no Conselho Geral, qual a posição que tinham em relação às atividades de enriquecimento curricular e se a IGEC tinha entregado algum documento ou resposta em relação à queixa apresentada pela Associação de Pais.

Acrescentou que há muitos problemas com os Regulamentos das escolas e considerou que o impedimento do exercício dos direitos das Associações de Pais é inaceitável, tendo sugerido que pedissem à IGEC a cópia do resultado da ação inspetiva. Salientou que as escolas não têm uma gestão democrática, verificando-se uma concentração de poderes no Diretor. Indicou ainda que podem questionar o Governo sobre a situação, tendo salientado a impossibilidade de a Assembleia da República intervir a nível de ação inspetiva ou dos tribunais.

Questionou depois que protocolos havia com a autarquia e qual a avaliação que faziam do seu cumprimento, qual a opinião dos professores e dos restantes pais em relação à atuação da Direção do Agrupamento perante as Associações de Pais e se a Diretora tinha sido eleita ou nomeada.

O Deputado Diogo Leão (PS, que presidiu à audiência) referiu que a documentação remetida era importante e que poderia originar uma eventual pergunta ao Governo por parte dos Grupos Parlamentares. Acrescentou que os problemas trazidos eram graves e que não podia haver passividade e inoperância, tendo considerado ainda que a competência para sancionar os órgãos parece ser da DGEstE e não da IGEC.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes das Associações de Pais referiram que há contabilidade negativa, verificando-se uma saída de dinheiro sem se saber para onde. Informaram depois que a IGEC fez uma inspeção regular ao Agrupamento. Questionaram a tutela dos dinheiros atribuídos às Associações de Pais, referindo que o relatório anual é remetido à Câmara Municipal mas não têm acesso ao mesmo.

Equacionaram depois a participação das entidades da comunidade nas decisões estratégicas da escola e indicaram que o Diretor da escola preside ao Conselho Pedagógico. Acrescentaram que a IGEC não deu resposta à queixa e a DGEstE não respondeu e não alterou nada, tendo considerado que ambas as entidades deviam responder. Acrescentaram que os pais não são chamados à escola para serem envolvidos no funcionamento.

Indicaram ainda que as autarquias não apresentam relatórios e contas e a Associação de Pais denunciou o contrato com a Câmara, depois passado para a Junta de Freguesia. Por último, referiram que a retirada dos pais do Conselho Pedagógico é um problema e teve como consequência a retirada dos mesmos das escolas. Informaram ainda que pensavam que a Diretora tinha sido eleita e está no seu último mandato.

A gravação da audiência está disponível na página da Comissão na *internet*.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2016

A assessora

Teresa Fernandes